

ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI
HELOÍSA HELENA ANTONACIO MONTEIRO GODINHO
SABRINA NUNES IOCKEN
Coordenadoras

Prefácio
Mara Gabrilli

Posfácio
Luiza Helena Trajano

Capítulo Especial
Denis Mukwege

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODS DA AGENDA 2030

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

PREFÁCIO	
Mara Gabrilli	21
APRESENTAÇÃO	
Ana Cristina Moraes Warpechowski, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Sabrina Nunes Iocken	25
LE VIOL COMME ARME DE GUERRE EN RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO ET LE MODÈLE D'ASSISTANCE HOLISTIQUE DE PANZI	
Denis Mukwege	27
O ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E O MODELO DE ASSISTÊNCIA HOLÍSTICA DE PANZI	
Denis Mukwege	35
PANORAMAS DA POBREZA NO BRASIL: DO ETERNO RETORNO AOS DESAFIOS À REALIZAÇÃO SUBSTANTIVA DO ODS 1 (ERRADICAÇÃO DA POBREZA)	
Carla Appollinario de Castro	43
Introdução.....	44
1 Pobreza: notas para refletir sobre sua origem e permanência histórica no desenvolvimento capitalista	45
2 Panoramas da exclusão social brasileira: quando a pobreza revela sua cor (raça/etnia), classe e gênero específicos	49
3 Era uma vez... o compromisso de realizar o ODS 1 e erradicar a pobreza.....	54
Considerações finais.....	58
Referências	59
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: DA INCLUSÃO DAS MULHERES RURAIS À EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL	
Márcia Helonice Herbertz, Marlise Maria Fernandes, Rita de Cássia Krieger Gattiboni	63
Introdução.....	63
1 Traços históricos da inclusão social e da redução das desigualdades da mulher rural	65
2 A evolução do cooperativismo como sustentáculo da agricultura familiar	70
3 A agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável	73
Considerações finais.....	76
Referências	78
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE E O BEM-ESTAR SUSTENTÁVEIS: DIRETRIZES DO ODS 3 NA AGENDA DO CONTROLE	
Luciane Beiro de Souza Machado, Sabrina Nunes Iocken	81
Introdução.....	81
1 Políticas públicas para a saúde e o bem-estar sustentáveis, ODS 3: quais as diretrizes globais?	83
1.1 Mortalidade neonatal e infantil, o termômetro de como a sociedade está avançando (Meta 3.2)	85
1.2 Atuação preventiva com o uso de tecnologias e inovações (Meta 3.b).....	86
1.3 O debate sobre a avaliação de custo-benefício das políticas públicas preventivas (Meta 3.b).....	88
2 A agenda do controle realizado pelos tribunais de contas: como o TCE/SC incorporou o exame de políticas públicas implementadas, relacionadas às metas da Agenda 2030, em pareceres prévios relativos a contas governamentais?.....	91

2.1	A cidade-global: a utilização de evidências a partir de uma rede compartilhada de políticas públicas para subsidiar a tomada de decisão	93
	Considerações finais	95
	Referências	96
EM BUSCA DO ALCANCE DO ODS 4 NO BRASIL POR MEIO DO CONTROLE DO CUMPRIMENTO TEMPESTIVO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE		
	Élida Graziane Pinto	99
	Introdução	99
1	Controle da discricionariedade orçamentária em caso de descumprimento das obrigações constitucionais e legais que amparam a efetividade do direito à educação	104
2	O dever constitucional dos tribunais de contas e do Ministério Público de Contas para a máxima eficácia do direito fundamental à educação	106
	Considerações finais	111
	Referências	118
CONTROLE EXTERNO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES AO APRIMORAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL		
	Maisa de Castro Sousa, Vivianne Alves Bragança Brandão	121
	Introdução	121
1	Configuração constitucional do controle externo e a conformação dos tribunais de contas	122
2	O controle externo exercido sobre o gasto mínimo em educação	126
3	A fiscalização das políticas públicas educacionais pelos tribunais de contas ...	133
	Considerações finais	136
	Referências	137
A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO AO FUTURO		
	Heloisa Tripoli Goulart Piccinini, Márcia Raquel Paiva e Holanda	139
	Introdução	139
1	A educação de qualidade (ODS 4) na educação infantil: metas e indicadores..	140
2	A intervenção precoce como premissa do direito ao futuro	144
3	O vínculo mãe-bebê como fator preponderante ao desenvolvimento saudável	149
4	Saúde para educação e educação para saúde: políticas públicas integradas....	150
5	Insegurança alimentar e nutricional	153
	Considerações finais	155
R	Referências	157
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL – AVANÇOS E DESAFIOS		
	Eliana Guerra de Alencar	159
	Introdução	159
1	Cartografia histórica no enfrentamento à violência contra as mulheres brasileiras	162
1.1	As conferências de políticas para as mulheres no Brasil	163
2	Avanços no enfrentamento à violência contra a mulher	164
2.1	Decisão histórica de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres	165
2.2	Alguns avanços da legislação brasileira	168
3	Transversalidade, integralidade, intersetorialidade e conflitos nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher – O grande desafio....	169
	Considerações finais	173
	Referências	174
IGUALDADE INTRAGÊNERO E BRANQUITUDE		
	Eliane Marques	177
	Introdução	177
1	Inyanga, Ginga e Nzinga	181
2	Um projeto de Brasil dos “semelhantes”	184
3	Um projeto de Brasil dos “semelhantes” (segunda parte)	187
	Referências	193

DIREITOS FUNDAMENTAIS À ÁGUA E DA ÁGUA E PROPOSTAS PARA VIABILIZAR O ODS 6

Ana Alice De Carli, Elizabete Rosa de Mello.....	197
Introdução.....	197
1 Direito fundamental à água (segura) e direito fundamental da água.....	199
2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	200
2.1 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: água e saneamento básico.....	201
3 Propostas para viabilizar o ODS 6	202
Considerações finais.....	210
Referências	210

ENCONTROS E DESENCONTROS DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL EM UMA VISÃO CONJUNTA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 6 DA AGENDA 2030 DA ONU

Letícia Ayres Ramos, Flávia Burmeister Martins.....	213
Introdução.....	213
1 Panorama do saneamento básico no Brasil.....	214
2 O novo marco do saneamento sob a noção do “serviço público à brasileira”	215
3 Conexões entre o ODS 6 e o saneamento básico no Brasil	217
4 O desafio da gestão: a governança na integração de políticas públicas.....	221
5 O desafio da titularidade: a multiplicidade de atores	223
6 O desafio da participação social nos processos decisórios.....	225
Considerações finais.....	227
Referências	228

O PAPEL DA TECNOLOGIA FOTOVOLTAICA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Izete Zanesco	231
Introdução.....	231
1 Energia e desenvolvimento humano.....	232
2 O impacto das energias renováveis na sustentabilidade ambiental	233
2.1 A transição para a matriz de energia com fontes renováveis.....	233
2.2 A transição energética promovida pela conversão da energia solar	235
2.3 A tecnologia fotovoltaica.....	237
Considerações finais.....	245
Referências	245

PROTEÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS: NECESSIDADES E DESAFIOS

Magadar Rosália Costa Briguet.....	247
Introdução.....	247
1 Existem políticas públicas referentes à saúde dos servidores?	249
2 A realidade da estrutura administrativa brasileira.....	250
3 Serviço público e bem-estar.....	252
4 A concretização do bem-estar do servidor em ações práticas.....	255
5 A peculiar situação de servidores públicos cuidadores de pessoas com deficiência	256
Considerações finais.....	259
Referências	260

TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UM RELATO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PROMOTOR DE DIREITOS NA DEFESA DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL, A PARTIR DAS AÇÕES EM PARCERIA ENTRE O MPT/RS E A 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PORTO ALEGRE

Cinara Vianna Dutra Braga, Patrícia de Mello Sanfelici Fleischmann.....	263
Introdução.....	263
1 O surgimento do termo de cooperação técnica interinstitucional e a aproximação interinstitucional a partir do combate ao trabalho infantil, por iniciativa da 11ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre.....	263

1.1	A parceria com a OIT e a SRT/RS – Projeto Aprendizando	265
1.2	Demais iniciativas	267
2	Iniciativas específicas do Projeto Aprendizando, com dados alcançados entre 2017 e 2020 e registros fotográficos.....	268
2.1	Aprendizagem profissional	268
2.2	Ensino para Jovens e Adultos (EJA) – Fundamental e médio.....	268
2.3	Cursos técnicos profissionalizantes	269
2.4	Saúde mental/Ceapia Aprendizando	269
2.5	Saúde mental/Winnicott Aprendizando.....	270
2.6	Saúde mental/Empathie Aprendizando	270
2.7	Possibilitar Sonhos e Construir Futuro	270
2.8	Nós: Quem Conta um Conto Aumenta um Ponto – Osicom e Fase.....	271
2.9	Projeto Partiu Aula.....	271
2.10	Projeto Versos de Liberdade	272
2.11	Projeto República e Curso de Corte de Cabelo e Barba	272
2.12	Projeto de Integração Social Morro da Cruz.....	273
3	Registros específicos das demais iniciativas oriundas do termo de cooperação interinstitucional, com dados alcançados entre 2017 e 2021 e registros fotográficos	274
3.1	Ensino superior – Bolsas de estudo/Ulbra	274
3.2	Ensino superior – Bolsas de estudo/IPA	275
3.3	Saúde Mental/Ceapia	275
3.4	Saúde Mental/Ceapia “Devolvidos de Adoção”	275
3.5	Saúde Mental II/Ceapia	275
3.6	Saúde Mental I/Winnicott	275
3.7	Saúde Mental II/Winnicott.....	276
3.8	Saúde Mental I/Winnicott	276
3.9	Saúde Mental/Empathie	276
3.10	Saúde Mental/Lydia Coriat.....	276
3.11	Serviços médicos Urgetrauma	276
3.12	Nós: Quem Conta um Conto Aumenta um Ponto	277
3.13	Aprendizagem profissional – Corte e costura sustentável.....	277
3.14	Aprendizagem profissional – Embelezamento.....	278
3.15	Infraestrutura das casas	278
3.15.1	Aquisição de bens móveis.....	278
3.15.2	Doação de bens e serviços.....	279
3.15.3	Projeto Gerador.....	279
3.15.4	Projeto Máquina de Lavar Industrial	280
3.15.5	Projeto RGE.....	280
3.15.6	Projeto Springer Carrier.....	281
3.15.7	Projeto Agiplan	281
3.15.8	Projeto GM	281
3.15.9	Projeto Grêmio	282
3.15.10	Projeto Ambiência	282
3.15.11	Projeto Veículo Abrigo João Paulo II	282
3.15.12	Projeto Cadeiras de Rodas Adaptadas.....	283
3.15.13	Projeto de prestação de serviços de limpeza e manutenção	283
3.16	Cursos de capacitação profissional.....	283
	Considerações finais.....	283

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O GRANDE DESAFIO DA META 9.C DO ODS 9: GARANTIR PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS EM TEMPOS DE ECONOMIA DIGITAL

Andrea Willemin, Elenise Magnus Hendler	285
Introdução.....	285
1 A proteção dos dados pessoais no contexto do desenvolvimento tecnológico.....	285
2 Proteção de dados pessoais em um cenário de economia mais do que globalizada.....	289
3 Brasil e o recorte constitucional dos ODS e da proteção de dados pessoais.....	291
4 A adequação brasileira à Meta 9.c.....	292
5 Inovações e sua base no <i>privacy by design</i> e <i>privacy by default</i>	294

6	Desenvolvimento econômico só se admite com respeito às garantias individuais, seja por adaptação, seja por padrão	297
7	A importância da proteção de dados pessoais (LGPD) para o alcance da Meta 9.c	298
	Considerações finais	298
	Referências	299

A POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA: O IMPERATIVO CATEGÓRICO DA SUSTENTABILIDADE

Júnia Rosa Soares	303
Introdução	303
1 Contextualização da política nacional de infraestrutura no cenário do ODS 9....	303
2 As tendências e os desafios emergentes das últimas décadas	307
3 Sustentabilidade e a política nacional de infraestrutura: uma análise da tomada de decisão à luz do imperativo categórico de Kant	313
Considerações finais	314
Referências	316

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPASSES PARA O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A INCLUSÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Aline Cardoso Mangili, Letícia Manique Barreto, Renata Angelis Jamardo Fiorentin, Kelly Gianezi	319
Introdução	319
1 Políticas públicas e a redução das desigualdades	321
2 O acesso e a permanência na educação superior por meio das ações afirmativas	324
3 Os desafios das IES na inclusão social	328
Considerações finais	332
Referências	332

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IGUALDADE: UM DEVER DE TODOS

Sonia Endler de Oliveira	335
Introdução	335
1 As múltiplas facetas da desigualdade e sua visibilidade pelo IDH e pelo Gini: como é medida a desigualdade	337
1.1 Um breve retrato das desigualdades brasileiras	339
1.2 Impactos da política tributária na desigualdade de renda	341
2 Os desafios para o alcance do ODS 10 por meio das auditorias governamentais: a responsabilidade dos tribunais de contas	345
Considerações finais	347
Referências	347

MOBILIDADE URBANA E SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS: POR QUE SOMOS TÃO POUCO SUSTENTÁVEIS?

Erika Cristine Kneib	351
Introdução	351
1 Sustentabilidade: um conceito frágil ou potencial?	353
2 Transporte, acessibilidade, mobilidade e mobilidade sustentável: quais as diferenças?	356
3 A legislação urbana brasileira favorece a mobilidade e a busca pela sustentabilidade nas cidades?	357
3.1 Estatuto da Cidade	357
3.2 Lei Federal de Mobilidade	359
3.3 Estatuto da Metrópole	361
4 Afinal, por que somos tão pouco sustentáveis?	363
Referências	366

CITY COIN NITERÓI: CAMINHO PARA UMA CIDADE MAIS INTELIGENTE, RESILIENTE E SUSTENTÁVEL

Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Annalice Oliveira Azevedo Baldini Figueira	369
Introdução	369
1 <i>Smart cities</i> no contexto do ODS 11	369

2	<i>City coin</i> : aspectos gerais.....	373
3	A <i>city coin</i> de Niterói	375
	Considerações finais.....	379
	Referências	380
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM “APELO À ÚLTIMA GERAÇÃO”		
	Daniela Zago Gonçalves da Cunda, Teresa Villac	383
	Introdução.....	383
1	Sustentabilidade como direito/dever constitucional, para além de um princípio	384
2	Sustentabilidade multidimensional e ecológica a ditar que é hora de agir como apelo “à última geração”	386
3	Licitações e contratações sustentáveis: a construção social da realidade	390
	Considerações finais.....	396
	Referências	397
O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL EM PROL DO ODS 13: AÇÕES CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS		
	Denise Lucena Cavalcante	401
	Introdução.....	401
1	O direito tributário ambiental como auxiliar na promoção do ODS 13.....	402
2	A necessária integração das políticas fiscais com as políticas ambientais.....	404
3	Precificação do carbono no contexto brasileiro.....	407
	Considerações finais.....	410
	Referências	410
POR UM OCEANO SUSTENTÁVEL		
	Letícia Cotrim da Cunha, Luana Queiroz Pinho, Gleyci A. O. Moser, Cristina Russi G. Furtado	413
	Por que devemos falar do oceano?.....	413
1	O uso sustentável do oceano	415
2	Microplásticos, a mensagem na garrafa.....	417
3	Os microplásticos na teia trófica marinha: colhemos o que plantamos?	419
	Considerações finais.....	421
	Referências	422
ODS 15 – VIDA TERRESTRE E OS INCÊNDIOS NO PANTANAL		
	Jaqueline Maria Jacobsen Marques, Giselle Ferreira Vieira	427
	Introdução.....	427
1	Objetivo 15 da Agenda 2030: proteger a vida terrestre.....	428
2	Políticas públicas: combate aos incêndios florestais e desenvolvimento sustentável	429
2.1	Ambiente x economia.....	430
2.2	Conceitos e legislação correlata ao combate aos incêndios florestais.....	432
3	Incêndios no Pantanal	434
3.1	Bioma Pantanal: características	435
3.2	Incêndios no Pantanal em 2020: causas e consequências.....	436
3.3	Atuação dos órgãos públicos e de controle no combate aos incêndios no Pantanal	437
	Considerações finais.....	438
	Referências	438
A INDUÇÃO DE UM NOVO PATAMAR DE CONSCIÊNCIA ÉTICA COMO PILAR ESSENCIAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO		
	Ana Cristina Moraes Warpechowski, Milene Dias da Cunha	441
	Introdução.....	441
1	O “jeitinho” como marca da corrupção	443
2	A falta de empatia	445
3	A dissonância cognitiva.....	446
4	A mentira e o sistema de recompensas	447
5	Arquétipos institucionais: a necessidade de representações mais virtuosas.....	449

6	A modulação do comportamento pelo meio ambiente.....	451
7	A base normativa brasileira serve para alcançar as metas do ODS 16 e combater a corrupção?	454
	Considerações finais.....	456
	Referências	457

ODS 16 E O PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)DELEGABILIDADE E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ariane Shermam	461
Introdução.....	461
1 Poder de polícia: conceito e natureza.....	463
2 Críticas doutrinárias à expressão <i>poder de polícia</i> e ao seu conteúdo	465
3 Poder de polícia e as transformações da Administração Pública brasileira.....	466
4 Princípio da eficiência e a transferência de tarefas públicas a pessoas não integrantes do aparato central de poder do Estado.....	468
Considerações finais.....	471
Referências	472

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA AGENDA PRIORITÁRIA

Vanice Regina Lírio do Valle	475
Introdução.....	475
1 Políticas públicas e IA: três possíveis entrelaçamentos.....	476
2 Dilemas do desenho de políticas públicas em IA.....	479
3 Políticas públicas para IA: por onde começar o debate?	481
3.1 Relevância do papel do Estado nas políticas atinentes à IA	482
3.2 Políticas públicas para IA e deveres de proteção em relação a direitos fundamentais.....	483
3.3 <i>Checklist</i> para uma agenda de políticas públicas em IA.....	486
Considerações finais.....	488
Referências	488

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Ana Carla Bliacheriene, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Márcia Walquíria Batista dos Santos	491
Introdução.....	491
1 Financiamento das políticas públicas no Brasil e a Meta 17.17.....	493
2 Parceria público-privada à moda brasileira.....	495
Considerações finais.....	501
Referências	501

POSFÁCIO

Luiza Helena Trajano	505
-----------------------------------	-----

SOBRE AS AUTORAS.....	507
-----------------------	-----

SOBRE AS COLABORADORAS	513
------------------------------	-----